



RELATÓRIO

4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Responsável pelo Evento: Washington Benigno de Freitas - Diretor Presidente da FCCR

Município: São José dos Campos-SP

Órgão responsável pelo evento: Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Endereço do órgão responsável: Rua Carlos Belmiro dos Santos, 99 – Santana

1. Apresentação

A realização da 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos, que aconteceu nos dias 17 e 18 de outubro de 2023, na Casa do Idoso Norte, foi resultado de um esforço conjunto do poder público municipal e da sociedade civil, representados por uma comissão organizadora paritária, e teve por finalidade debater e deliberar as propostas de políticas públicas culturais que o município encaminhará para a 4ª Conferência Estadual de Cultura em atendimento à convocação do Ministério da Cultura (MinC), além de eleger os delegados que representarão as demandas do município na etapa estadual.

O tema central da 4ª Conferência foi “Democracia e Direito à Cultura”, dividido em 6 eixos de discussão, conforme orientação do MinC: Institucionalização, marcos legais e Sistema Nacional de Cultura; Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social; Identidade, Patrimônio e Memória; Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade e Direito às Artes e Linguagens Digitais.

Número de participantes credenciados online e presencial: 205. Número de credenciados presentes: 107.

Assim sendo, no dia 17 de outubro, a partir das 18h, teve início a 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos, após a etapa de credenciamento e assinatura da lista de presença. Para a abertura, formou-se uma mesa composta pelo Sr. Washington Benigno de Freitas, Diretor Presidente da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR); além do Sr. Alessandro Azevedo, coordenador do Escritório Estadual do MinC no estado de São Paulo; a Sra. Sílvia Tereza de Araujo, assessora administrativa da FCCR; o Sr. Fernando Alves, representante da sociedade civil na comissão organizadora da conferência; e a Sra. Camila Marujo, assessora técnica contratada para a execução da 4ª CMC SJC.

Na sua apresentação inicial, o Sr. Washington Freitas destacou a meta de que os trabalhos da conferência obtivessem como resultado a deliberação de 2 propostas estaduais



e 2 propostas nacionais para cada um dos 6 eixos de discussão, assim como a eleição dos delegados da sociedade civil para a 4ª Conferência Estadual de Cultura, que corresponderão a dois terços no total da delegação formada.

Também falaram os demais membros da mesa. O Sr. Fernando Alves ressaltou o significado ímpar desse momento histórico para democratização das políticas públicas em todas as instâncias e o Sr. Alessandro Azevedo abordou a reestruturação em curso do Ministério da Cultura. Na sequência, a Sra. Camila Marujo fez a leitura integral do regimento interno que regulamentou os trabalhos da conferência.

Concluída a mesa de abertura, os participantes credenciados dividiram-se nos 6 grupos de trabalho que contaram com a contribuição dos especialistas convidados Ivan Montanari, Aurora Oliveira, Marília Bonas, Helen Rose, Ana Carla Fonseca e André Fonseca, a fim de ampliar o repertório dentro das pautas de cada eixo proposto pelo MinC e mediar a organização e redação das propostas elaboradas para as esferas estadual e nacional.

No dia 18 de outubro foi realizada a plenária, na qual todos os participantes credenciados que compareceram nos dois dias da programação puderam votar para escolher as duas propostas estaduais e nacionais que serão submetidas em cada um dos 6 eixos. Além disso, foram eleitos os delegados representantes da sociedade civil do município, sendo três titulares e três suplentes. Os trabalhos da plenária foram finalizados com a leitura de 11 moções encaminhadas pelos participantes, todas aprovadas por unanimidade pelos presentes.

2. Metodologia

A Fundação Cultural Cassiano Ricardo publicou, no dia 06 de outubro de 2023, a Portaria 091/P/2023 que dispôs sobre a nomeação da comissão organizadora da 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos. Coube à comissão nomeada definir a metodologia de trabalho da conferência e elaborar o regimento interno da etapa local, segundo orientações do MinC disponibilizadas no seguinte documento: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1/textos/4cnc-docorientador-v11_20230809.pdf. Além disso, a comissão também foi responsável por convidar o corpo de especialistas que moderou os debates em cada um dos 6 eixos de discussão.

A convocação da 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos foi publicada na Portaria 096/P/2023, em 09 de outubro de 2023. Ambas as portarias, tanto a de nomeação da comissão quanto a de convocação da conferência podem ser acessadas através do link: <https://fCCR.sp.gov.br/fCCR/4-conferencia-municipal-de-cultura/portarias?categoria=Institucional> fonte.

A partir dessas publicações, foram abertas as inscrições para o credenciamento de participantes por meio de formulário digital disponibilizado pela plataforma *Google Forms* (<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe941jxvRhV1RvSt1EuzFktqk2uX5YCaHdd5->



[kShY45P KQIQ/closedform](https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2023/outubro/10/inscricoes-para-a-4a-conferencia-de-cultura-vao-ate-domingo/)). O período de credenciamento *online* foi de 10 a 16 de outubro de 2023, encerrando às 17h, seguido também pelo credenciamento presencial, efetuado no dia 17 de outubro, das 17h às 18h, na recepção da Casa do Idoso Norte, sede da conferência.

A Prefeitura Municipal de São José dos Campos, por meio da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, promoveu ampla divulgação do evento em suas redes sociais e canais específicos - mailing:



Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2023/outubro/10/inscricoes-para-a-4a-conferencia-de-cultura-vao-ate-domingo/>



Disponível em: <https://fccr.sp.gov.br/fccr/noticias/sao-jose-dos-campos-promove-a-4-conferencia-municipal-de-cultura?categoria=Gest%C3%A3o%20Cultural>



A Conferência Municipal visa atender aos objetivos propostos pela 4ª Conferência Nacional, que será realizada no ano que vem. / Foto: Divulgação.

São José dos Campos promove a 4ª Conferência Municipal de Cultura



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cyd-c3Nubnm/>

A programação da 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos consistiu em dois dias de evento, 17 e 18 de outubro, e foi dividida em duas etapas principais: no primeiro dia realizou-se a mesa de abertura e foram separados grupos de trabalho para cada uma das discussões temáticas e redação das propostas; no segundo dia, por sua vez, realizou-se a plenária para deliberações e eleição dos delegados.

3. Primeiro dia: eixos de discussão e propostas apresentadas

A 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos, seguindo as orientações do MinC quanto à abordagem do tema “Democracia e Direito à Cultura”, (<http://cnpccultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2022/08/Documento-Base-20-09.pdf>), optou por realizar a fase de discussão dos 6 eixos propostos no primeiro dia de trabalho da conferência (17). Estiveram presentes no primeiro dia 102 pessoas, com 93 participantes nos grupos de trabalho com a moderação de especialistas convidados e também com a presença de relatores voluntários para a redação das propostas apresentadas.

Neste contexto, foram priorizadas as propostas de políticas públicas culturais voltadas para os âmbitos estadual e federal, que seriam deliberadas no dia seguinte. Não obstante,



foram acolhidas também as demandas e manifestações de propostas para o âmbito municipal, as quais serão posteriormente debatidas e aprofundadas junto ao poder público para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de São José dos Campos. **No total, foram apresentadas 26 propostas estaduais, 21 propostas nacionais e 25 propostas municipais.**



Abaixo, segue a relação das propostas elencadas em cada eixo, classificadas por âmbito federativo, assim como informações gerais sobre os grupos de trabalho.

EIXO 1: INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Moderação: Ivan Montanari

Número de participantes: 13

PROPOSTA 1 - ESTADUAL

Criação e implementação do Sistema Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Política Cultural deliberativo, com 2/3 da composição vindos da sociedade civil através de eleição democrática com a ampla participação de agentes culturais independentemente de sua



formalização jurídica ou não, composto por ao menos 70% de membros advindos de fora da capital e com garantia de representações regionais dos diversos territórios do estado.

PROPOSTA 2 - ESTADUAL

Garantir o mínimo de 2% do orçamento público do estado para o setor cultural, sendo 1% especificamente para o Fundo Estadual de Cultura, sob gestão do Conselho Estadual de Política Cultural nos moldes do Sistema Nacional de Cultura e com descentralização de ao menos 50% desses recursos para os municípios.

PROPOSTA 3 - ESTADUAL

Garantir que os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (LAB 2), do Fundo Estadual de Cultura e dos mecanismos de incentivo à cultura como o ProAC (Programa de Ação Cultural) sejam destinados aos agentes culturais de pequeno e médio porte dos diversos territórios do estado, para garantir que a política estadual chegue às pontas.

PROPOSTA 4 – ETAPA ESTADUAL

Descentralização da gestão, dos recursos e das ações da Secretaria de Estado da Cultura, Economia e Indústria Criativa, com escritórios em cada uma das regiões administrativas do estado e garantia de regionalização das políticas, das ações e dos recursos dos mecanismos de fomento à cultura.

PROPOSTA 5 – ETAPA ESTADUAL

Criação do Programa de Bolsas para Agentes Cultura Viva (jovens de 18 a 24 anos) como primeiro emprego na Arte e Cultura, a exemplo dos Pontões de Cultura.

PROPOSTA 1 – ETAPA NACIONAL

Equacionar o Sistema Nacional de Financiamento da Cultura para que o fomento direto à cultura represente a maior parte dos incentivos em relação ao fomento indireto via incentivo fiscal, instituindo o Procultura.

PROPOSTA 2 – ETAPA NACIONAL

Instituir legislação que obrigue que a aplicação dos recursos do superávit do Fundo Nacional da Cultura seja feita no próprio setor cultural.

PROPOSTA 3 – ETAPA NACIONAL

Garantir o mínimo de 2% do orçamento público do governo federal para o setor cultural, sendo 1% especificamente para o Fundo Nacional de Cultura, sob gestão do Conselho Nacional de Política Cultural nos moldes do Sistema Nacional de Cultura e com descentralização de ao menos 50% desses recursos para os municípios.



PROPOSTA 4 – ETAPA NACIONAL

Estabelecer uma política de qualificação e profissionalização da gestão pública municipal da cultura, voltada para gestores públicos dos órgãos gestores e conselheiros de cultura, bem como para servidores públicos das áreas meio das administrações municipais, como jurídico, financeiro e de licitações, entre outros.

PROPOSTA 5 – ETAPA NACIONAL

Reestabelecer como MEI os CNAES relacionados à cultura retirados pelas Resoluções CGSN (Comitê Gestor do Simples Nacional).



EIXO 2: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Moderação: Aurora Oliveira

Número de participantes: 30

PROPOSTA 1 - ESTADUAL

Garantia de participação de um percentual mínimo de 50% em todo e qualquer edital para o interior do estado.

PROPOSTA 2 - ESTADUAL

Garantir ampla participação e a diversidade de público, incluindo grupos vulneráveis nas ações de intercâmbio, de criação e de produção entre membros do interior e da capital.

PROPOSTA 3 - ESTADUAL

Garantir que a SEC seja interlocutora junto a Secretarias, autarquias e demais órgãos, a fim de aplicar recursos próprios de cada órgão para a contratação de produções e apresentações artísticas e culturais nos seus espaços.



PROPOSTA 4 - ESTADUAL

Garantir mecanismos de reconhecimento e fomento das manifestações tradicionais populares, de rua, religiosas ou não, de valor imaterial, incluindo as carnavalescas.

PROPOSTA 5 - ESTADUAL

Garantir que as ações de formação /capacitação de produção cultural se realizem de forma descentralizada e contínua, respeitando a diversidade cultural local; garantindo que a população tome conhecimento dessas ações através da ampla e adequada comunicação.

PROPOSTA 6 - ESTADUAL

Reforma do Conselho Estadual de Cultura para a ampliação da representatividade da diversidade da população do estado em sua composição e fazeres culturais, adequando-o, inclusive, nos preceitos da gestão democrática do sistema nacional de cultura;

PROPOSTA 7 - ESTADUAL

Garantir que as populações minorizadas e periféricas como as zonas rurais, acessem os bens culturais e programas culturais de forma ampla e irrestrita.

- a. (Sugestão: Que territórios a mais de 30 km de distância de equipamentos culturais tenham incentivo e financiamento para contemplarem e garantirem acesso a população de moradores desses territórios, mesmo que seja para a construção de equipamentos, estruturas, transporte e ingressos, além de programas de formação, fomento e incentivo do protagonismo local).

PROPOSTA 8 - ESTADUAL

Elaborar e implementar uma política pública de âmbito estadual capaz de sensibilizar a totalidade da população quanto a natureza do fazer cultural, múltiplo, amplo, diverso e essencialmente livre sobre o qual não caiba qualquer tipo de censura ou cerceamento.

PROPOSTA 1 - NACIONAL

Criação do cadastro único da Cultura, ou a atualização do SNIIC - Sistema de Indicadores e informações culturais, numa plataforma autogestionada onde os diferentes grupos, coletivos, PdC (pontos de Cultura, instituições de natureza cultural possam se inscrever e atualizar-se sempre que julgarem necessário onde estados e municípios possam acessar.

PROPOSTA 2 - NACIONAL

Que o MinC seja interlocutor junto aos Ministérios, Secretarias, Autarquias, Iniciativa Privada a fim de aplicar recursos próprios de cada órgão para a contratação de produções e apresentações artísticas e culturais nos seus espaços.



PROPOSTA 3 - NACIONAL

Elaborar e implementar uma política pública de âmbito nacional capaz de sensibilizar a totalidade da população quanto a natureza do fazer cultural, múltiplo, amplo, diverso e essencialmente livre sobre o qual não caiba qualquer tipo de censura ou cerceamento.

PROPOSTAS MUNICIPAIS QUE NÃO FORAM DELIBERADAS NA PLENÁRIA

1. Garantir mecanismos de reconhecimento e fomento das manifestações tradicionais populares, de rua, religiosas ou não, de valor imaterial, incluindo as carnavalescas;
2. Garantir que as ações de formação/ capacitação se realizem de forma descentralizada, respeitando a diversidade cultural local;
3. Garantir que o orçamento para a cultura municipal, estadual e federal seja de 2%;
4. Implantar os sistemas municipal, estadual e federal de cultura;
5. Garantir a aplicação do recurso para a cultura em sua totalidade, não havendo devolução;
6. Criação de núcleo de ação dentro da FCCR, ou de forma independente, mas apoiada pela mesma, com projetos e iniciativas direcionados a territórios periféricos e de vulnerabilidade social, apoio direto a artistas, espaços e coletivos periféricos, bem como grupos minorizados, para sua subsistência. O núcleo necessita ser gerido pelos próprios agentes culturais periféricos, que já mapeiam as regiões, conhecem e vivem suas necessidades, sabendo também de forma mais efetiva como implementar e gerir este plano;
7. Garantir que as ações de formação/capacitação se realizem de forma descentralizada, respeitando a diversidade cultural local; dando ampla comunicação por vários meios sobre as atividades culturais;
8. Criação do conselho municipal de cultura, democrática, eleito periodicamente em conferência deliberativa e responsável pela elaboração das diretrizes das políticas municipais de cultura e fiscalização de sua implementação pelos órgãos públicos responsáveis.
9. Atrelar as ações formativas e de capacitação ao acesso aos mecanismos de produção cultural à um indicador numérico, que possa ser avaliado e cobrado periodicamente. A gestão deve ter metas a alcançar.
10. Elaborar e implementar uma política pública de âmbito municipal capaz de sensibilizar a totalidade da população quanto a natureza do fazer cultural, múltiplo, amplo, diverso e essencialmente livre sobre o qual não caiba qualquer tipo de censura ou cerceamento.



EIXO 3: IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Moderação: Marília Bonas

Participantes: 12

PROPOSTA 1 – ETAPA ESTADUAL

Salvaguardar as culturas tradicionais paulistas, estampadas nas culturas caipiras, quilombolas, piraquaras, tropeiras, caiçaras e afrodescendentes, como patrimônio imaterial do Estado.

PROPOSTA 2 – ETAPA ESTADUAL

Realizar programa de reconhecimento, preservação, fomento e difusão voltados para os grupos de tradição popular como o Jongo, Moçambique e Folia de Reis.

PROPOSTA 1 – ETAPA NACIONAL

Fortalecimento dos corpos técnicos das áreas de patrimônio na estrutura da União e criação do Sistema de Credenciamento de profissionais especializados.

PROPOSTA 2 – ETAPA NACIONAL

Criar mecanismos de incentivo para restauro de bens materiais tombados e manutenção de bens culturais registrados.

PROPOSTA 03 – ETAPA NACIONAL

Reconhecer e valorizar o patrimônio industrial-tecnológico de São José dos Campos e Região do Vale do Paraíba por meio de mapeamento e inventários.



PROPOSTAS MUNICIPAIS QUE NÃO FORAM DELIBERADAS NA PLENÁRIA

1. Desenvolver uma política municipal de museus e arquivos;
2. Implantar o sistema de museus e arquivos, com dotação orçamentária garantida em lei;
3. Reconhecer e valorizar o patrimônio industrial e tecnológico de São José dos Campos e Região do Vale do Paraíba por meio de mapeamento e inventários;
4. Realizar programa de reconhecimento, preservação, fomento e difusão voltados para os grupos de tradição popular como o Jongo, Moçambique e Folia de Reis;
5. Investimento da FCCR na contratação em caráter emergencial de serviços especializados de digitalização do acervo da própria FCCR e do APM;
6. Inclusão de uma cadeira representativa do segmento das culturas tradicionais e populares no COMPHAC.



EIXO 4: DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL

Moderação: Helen Rose Santos

Participantes: 10

PROPOSTA 1 – ETAPA ESTADUAL

Capacitação e Formação para lideranças (gestores culturais, lideranças comunitárias, professores, orientadores, produtores e coletivos culturais) referente a acessibilidade, diversidades (leis, diretrizes e base) realizada por formadores com notório saber e/ou formação acadêmica.

PROPOSTA 2 – ETAPA ESTADUAL

Garantir 50% de participação de mulheres (cis e trans) entre proponentes contemplados de projetos para editais estaduais, pareceristas, curadorias, equipes técnicas e artistas em



eventos; e pelo menos 40% de pessoas (homens e mulheres) negras, indígenas, comunidades tradicionais (quilombolas e de terreiros), LGBTQIAPN+, profissionais com deficiências e outros grupos minorizados.

PROPOSTA 3 – ETAPA ESTADUAL

Garantir editais para coletivos e artistas iniciantes de territórios periféricos, entendendo não como conceito de primeiras obras, mas, sim iniciantes na vida artística e cultural, com poucos ou nenhum projeto realizado com recurso público, com versões mais facilitadas dos chamamentos públicos e com formação e capacitação inclusa.

PROPOSTA 4 – ETAPA ESTADUAL

Garantir a produção cultural estadual em todas as suas formas e vertentes, reafirmando seu papel intrínseco à construção das identidades culturais brasileiras, observando e respeitando as especificidades dos grupos e sociedades que compõem o território nacional, repudiando veementemente quaisquer tipos de discriminação e preconceito.

PROPOSTA 1 – ETAPA NACIONAL

Garantir editais para coletivos e artistas iniciantes de territórios periféricos, entendendo não como conceito de primeiras obras, mas, sim iniciantes na vida artística e culturais, com poucos ou nenhum projeto realizado com recurso público, com versões mais facilitadas dos chamamentos públicos e com formação e capacitação inclusa.

PROPOSTA 2 – ETAPA NACIONAL

Todos os projetos financiados com recurso público em território nacional deverão obrigatoriamente conter libras, áudio descrição, legendagem e assessoria em acessibilidade (realizada por profissionais com deficiência e/ou consultoria para validação).

PROPOSTAS MUNICIPAIS QUE NÃO FORAM DELIBERADAS NA PLENÁRIA

1. Garantir editais para coletivos e artistas iniciantes de territórios periféricos, entendendo não como conceito de primeiras obras, mas, sim iniciantes na vida artística e cultural, com poucos ou nenhum projeto realizado com recurso público, com versões mais facilitadas dos chamamentos públicos e com formação e capacitação inclusa;
2. Obrigatoriedade de apresentações culturais para outros locais/descentralizados (local de longa permanência, fundação casa, equipamentos públicos, hospitais, centros de reabilitações, associações, escolas periféricas e públicas);
3. Formações para o enfrentamento ao racismo, à LGBTQIA+ fobia, ao genocídio da população negra, ao extermínio de povos indígenas, ao feminicídio, ao racismo religioso, aos estigmas contra comunidades ciganas, ao capacitismo e a todas as formas de discriminações correlatas para orientadores, professores e alunos;



4. Formar uma comissão para pulverizar as informações para que todos tenham acesso a projetos culturais;
5. Garantir verba que seja destinada para tecnologia assistiva nos projetos culturais perfil do público;
6. Assessoria em acessibilidade, para que a acessibilidade chegue em todos os locais
7. Garantia dos editais de etnia, diversidade e gênero e o aumento de recurso destes respectivos editais;
8. Estabelecer mecanismos para a difusão descentralizada do financiamento público para a produção cultural no município, garantindo ampla participação de atores, mobilizadores e articuladores das diversas manifestações culturais que compõem o território, tendo como base a declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural, defrontando toda e qualquer tipo de violência e preconceito;
9. Garantir acessibilidade em libras, áudio descrição, arquitetônica e atitudinal em todas as apresentações do FESTIVALE, FESTIDANÇA, Festa do Mineiro e Revelando SP.



EIXO 5 – ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE

Moderação: Ana Carla Fonseca

Participantes: 21

PROPOSTA 1 - ESTADUAL

Que 70% do orçamento estadual de cultura (PROAC, fomento e outros) seja destinado para cidades do interior e litoral.

PROPOSTA 2 - ESTADUAL

Criação de um FUNDO ESTADUAL DE CULTURA com dotação orçamentária própria (vinculado a receita do Estado).



PROPOSTA 3 - ESTADUAL

Cursos de formação e profissionalização de cultura (técnico, graduação e pós graduação), oferecidos em polos regionais.

PROPOSTA 4 - ESTADUAL

Criação de Polos/Parques Culturais regionais que se articulam em rede.

PROPOSTA 5 - ESTADUAL

Criação de observatório/centro de inteligência para geração de dados, métricas e estatísticas da área cultural.

PROPOSTA 1 - NACIONAL

Que as leis e editais de cultura com recursos federais tenham por orientação aos Estados a descentralização orçamentária.

PROPOSTA 2 - NACIONAL

Criação de um regime previdenciário especial para os trabalhadores da cultura, ao exemplo dos trabalhadores rurais.

PROPOSTA 3 - NACIONAL

Ampliação dos CNAE's enquadráveis em MEI para abranger todas as atividades culturais.

PROPOSTA 4 - NACIONAL

Realização periódica de um CENSO nacional da Cultura.

PROPOSTA 5 - NACIONAL

Criação de um Programa de renda mínima para Mestres de Cultura reconhecidos pelo MinC.





EIXO 6 – DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS

Moderação: André Fonseca

Participantes: 07

PROPOSTA 1 – ETAPA ESTADUAL

Criar programas descentralizados de formação continuada para profissionais da cultura nos âmbitos municipal e estadual, por meio de cursos de capacitação, oficinas e atividades de formação que contemplem temas relacionados à profissionalização de artistas, como por exemplo: representação jurídica, direitos autorais (inclusive no âmbito digital), direitos trabalhistas, contabilidade, legislação específica para o setor cultural e precificação de serviços culturais/criativos.

PROPOSTA 2 – ETAPA ESTADUAL

Realizar o mapeamento dos perfis e das necessidades de quem trabalha com cultura no Estado de São Paulo (em questões como: renda média, área de atuação, outras atividades para obtenção de renda, identidade de gênero, raça/etnia, orientação sexual, se possui deficiências, escolaridades, estrutura familiar, principais dificuldades para exercer seu trabalho), para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que realmente atendam às necessidades e especificidades de quem trabalha com cultura no estado.

PROPOSTA 1 – ETAPA NACIONAL

Garantir ampla articulação entre o Ministério da Cultura, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para debater a implementação do regime de segurado especial para trabalhadoras e trabalhadores da cultura, tendo como referência o PL 6260/75 que garante ao trabalhador rural o regime especial perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), reconhecendo e contemplando as especificidades do setor cultural através de informações lastreadas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), contemplando a comprovação do tempo de exercício através da autodeclaração validada por órgãos públicos e entidades credenciadas ou por meio de declaração fundamentada em sindicatos, associação de trabalhadores ou entidades de classe.

PROPOSTA 2 – ETAPA NACIONAL

Promover um debate nacional sobre os direitos autorais dos artistas no contexto das novas tecnologias digitais e de crescimento da utilização da inteligência artificial, para criar legislações específicas a esses direitos.



PROPOSTA 3 – ETAPA NACIONAL

Garantir editais nacionais específicos para interação/residências artísticas, que possibilitem trocas de experiências estéticas e de linguagens entre artistas de diferentes cidades e estados, sem a obrigatoriedade de um produto final.



4. Plenária: deliberação de propostas

No dia 18 de outubro, às 18h, no auditório da Casa do Idoso Norte, foi realizada a plenária que deu prosseguimento aos trabalhos da 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos. Neste dia estiveram presentes 107 participantes credenciados e 56 participantes credenciados e habilitados a votar com presença nos dois dias. A Sra. Camila Marujo, assessora técnica, coordenou a plenária, fazendo a leitura de todas as propostas apresentadas, além de encaminhar as votações.

A comissão organizadora da conferência estabeleceu, em decisão unânime, que cada pessoa poderia eleger até duas propostas estaduais e duas propostas nacionais em cada eixo, sendo que as duas propostas mais votadas para cada segmento seriam documentadas e enviadas para o MinC, a fim de compor as demandas do município da 4ª Conferência Estadual de Cultura.





4.1 Planilha de votação das propostas

EIXO 1: Institucionalização, marcos legais e SNC		
PROPOSTA	INSTÂNCIA	VOTOS
1	Estadual	44
2	Estadual	46
3	Estadual	0
4	Estadual	6
5	Estadual	2
1	Nacional	19
2	Nacional	11
3	Nacional	44
4	Nacional	1
5	Nacional	16
EIXO 2: Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social		
1	Estadual	32
2	Estadual	1
3	Estadual	0
4	Estadual	11
5	Estadual	8
6	Estadual	18
7	Estadual	15
8	Estadual	8
1	Nacional	48



2	Nacional	12
3	Nacional	36
EIXO 3: Identidade, Patrimônio e Memória		
1	Estadual	aprovação direta
2	Estadual	aprovação direta
1	Nacional	44
2	Nacional	45
3	Nacional	4
EIXO 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural		
1	Estadual	44
2	Estadual	37
3	Estadual	24
4	Estadual	7
1	Nacional	aprovação direta
2	Nacional	aprovação direta
Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade		
1	Estadual	25
2	Estadual	46
3	Estadual	22
4	Estadual	2
5	Estadual	2
1	Nacional	13
2	Nacional	50
3	Nacional	13
4	Nacional	1
5	Nacional	27
Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais		
1	Estadual	aprovação direta
2	Estadual	aprovação direta
1	Nacional	9
2	Nacional	47
3	Nacional	42



4.2 Relação das propostas aprovadas:

EIXO 1 – INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

PROPOSTA 1 - ESTADUAL

Criação e implementação do Sistema Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Política Cultural deliberativo, com 2/3 da composição vindos da sociedade civil através de eleição democrática com a ampla participação de agentes culturais independentemente de sua formalização jurídica ou não, composto por ao menos 70% de membros advindos de fora da capital e com garantia de representações regionais dos diversos territórios do estado.

PROPOSTA 2 - ESTADUAL

Garantir o mínimo de 2% do orçamento público do estado para o setor cultural, sendo 1% especificamente para o Fundo Estadual de Cultura, sob gestão do Conselho Estadual de Política Cultural nos moldes do Sistema Nacional de Cultura e com descentralização de ao menos 50% desses recursos para os municípios.

PROPOSTA 1 – ETAPA NACIONAL

Equacionar o Sistema Nacional de Financiamento da Cultura para que o fomento direto à cultura represente a maior parte dos incentivos em relação ao fomento indireto via incentivo fiscal, instituindo o Procultura.

PROPOSTA 3 – ETAPA NACIONAL

Garantir o mínimo de 2% do orçamento público do governo federal para o setor cultural, sendo 1% especificamente para o Fundo Nacional de Cultura, sob gestão do Conselho Nacional de Política Cultural nos moldes do Sistema Nacional de Cultura e com descentralização de ao menos 50% desses recursos para os municípios.

EIXO 2 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

PROPOSTA 1 - ESTADUAL

Garantia de participação de um percentual mínimo de 50% em todo e qualquer edital para o interior do estado.

PROPOSTA 6 - ESTADUAL

Reforma do Conselho Estadual de Cultura para a ampliação da representatividade da diversidade da população do estado em sua composição e fazeres culturais, adequando-o, inclusive, nos preceitos da gestão democrática do sistema nacional de cultura;



PROPOSTA 1 - NACIONAL

Criação do cadastro único da Cultura, ou a atualização do SNIIC - Sistema de Indicadores e informações culturais, numa plataforma autogestionada onde os diferentes grupos, coletivos, PdC (pontos de Cultura, instituições de natureza cultural possam se inscrever e atualizar-se sempre que julgarem necessário onde estados e municípios possam acessar.

PROPOSTA 3 - NACIONAL

Elaborar e implementar uma política pública de âmbito nacional capaz de sensibilizar a totalidade da população quanto a natureza do fazer cultural, múltiplo, amplo, diverso e essencialmente livre sobre o qual não caiba qualquer tipo de censura ou cerceamento.

EIXO 3 – IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

PROPOSTA 1 – ETAPA ESTADUAL

Salvaguardar as culturas tradicionais paulistas, estampadas nas culturas caipiras, quilombolas, piraquaras, tropeiras, caiçaras e afrodescendentes, como patrimônio imaterial do Estado.

PROPOSTA 2 – ETAPA ESTADUAL

Realizar programa de reconhecimento, preservação, fomento e difusão voltados para os grupos de tradição popular como o Jongo, Moçambique e Folia de Reis.

PROPOSTA 1 – ETAPA NACIONAL

Fortalecimento dos corpos técnicos das áreas de patrimônio na estrutura da União e criação do Sistema de Credenciamento de profissionais especializados.

PROPOSTA 2 – ETAPA NACIONAL

Criar mecanismos de incentivo para restauro de bens materiais tombados e manutenção de bens culturais registrados.

EIXO 4 – DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL

PROPOSTA 1 – ETAPA ESTADUAL

Capacitação e Formação para lideranças (gestores culturais, lideranças comunitárias, professores, orientadores, produtores e coletivos culturais) referente a acessibilidade, diversidades (leis, diretrizes e base) realizada por formadores com notório saber e/ou formação acadêmica.



PROPOSTA 2 – ETAPA ESTADUAL

Garantir 50% de participação de mulheres (cis e trans) entre proponentes contemplados de projetos para editais estaduais, pareceristas, curadorias, equipes técnicas e artistas em eventos; e pelo menos 40% de pessoas (homens e mulheres) negras, indígenas, comunidades tradicionais (quilombolas e de terreiros), LGBTQIAPN+, profissionais com deficiências e outros grupos minorizados.

PROPOSTA 1 – ETAPA NACIONAL

Garantir editais para coletivos e artistas iniciantes de territórios periféricos, entendendo não como conceito de primeiras obras, mas, sim iniciantes na vida artística e culturas, com poucos ou nenhum projeto realizado com recurso público, com versões mais facilitadas dos chamamentos públicos e com formação e capacitação inclusa.

PROPOSTA 2 – ETAPA NACIONAL

Todos os projetos financiados com recurso público em território nacional deverão obrigatoriamente conter libras, áudio descrição, legendagem e assessoria em acessibilidade (realizada por profissionais com deficiência e/ou consultoria para validação).

EIXO 5 – ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE

PROPOSTA 1 - ESTADUAL

Que 70% do orçamento estadual de cultura (PROAC, fomento e outros) seja destinado para cidades do interior e litoral.

PROPOSTA 2 - ESTADUAL

Criação de um FUNDO ESTADUAL DE CULTURA com dotação orçamentária própria (vinculado a receita do Estado).

PROPOSTA 2 - NACIONAL

Criação de um regime previdenciário especial para os trabalhadores da cultura, ao exemplo dos trabalhadores rurais.

PROPOSTA 5 - NACIONAL

Criação de um Programa de renda mínima para Mestres de Cultura reconhecidos pelo MINC.



EIXO 6 – DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS

PROPOSTA 1 – ETAPA ESTADUAL

Criar programas descentralizados de formação continuada para profissionais da cultura nos âmbitos municipal e estadual, por meio de cursos de capacitação, oficinas e atividades de formação que contemplem temas relacionados à profissionalização de artistas, como por exemplo: representação jurídica, direitos autorais (inclusive no âmbito digital), direitos trabalhistas, contabilidade, legislação específica para o setor cultural e precificação de serviços culturais/criativos.

PROPOSTA 2 – ETAPA ESTADUAL

Realizar o mapeamento dos perfis e das necessidades de quem trabalha com cultura no Estado de São Paulo (em questões como: renda média, área de atuação, outras atividades para obtenção de renda, identidade de gênero, raça/etnia, orientação sexual, se possui deficiências, escolaridades, estrutura familiar, principais dificuldades para exercer seu trabalho), para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que realmente atendam às necessidades e especificidades de quem trabalha com cultura no estado.

PROPOSTA 2 – ETAPA NACIONAL

Promover um debate nacional sobre os direitos autorais dos artistas no contexto das novas tecnologias digitais e de crescimento da utilização da inteligência artificial, para criar legislações específicas a esses direitos.

PROPOSTA 3 – ETAPA NACIONAL

Garantir editais nacionais específicos para interação/residências artísticas, que possibilitem trocas de experiências estéticas e de linguagens entre artistas de diferentes cidades e estados, sem a obrigatoriedade de um produto final.

5. Eleição de delegados

Ainda na plenária do dia 18, após a votação das propostas apresentadas, o Sr. Washington Freitas, Diretor Presidente da FCCR, deu continuidade aos trabalhos da mesa para a eleição dos 6 delegados (3 titulares e 3 suplentes) que representarão a sociedade civil na delegação de São José dos Campos para a etapa estadual da conferência.

No total, foram 37 cidadãos inscritos para concorrer à eleição, sendo que 8 deles foram de fato habilitados durante a plenária, considerando a presença obrigatória nos dois dias de realização da conferência. Dentre esses 8 candidatos, optou-se, em diálogo com a comissão organizadora, que os mesmos apresentassem em consenso os 6 nomes que seriam votados pelos participantes, a fim de definir pelo número de votos quais seriam os titulares e os suplentes.

Abaixo, a relação dos candidatos escolhidos e o número de votos que receberam:



Aline de Cássia Silva Souza	44
André S. dos Santos (André Ravasco)	26
Edvaldo Antonio de Almeida	21
Jacqueline Baumgratz (Jacqueline Baumgratz)	44
Jessica Helen Morais Silva (Jessica Morais)	43
Sandro Luiz Cuesta (Sandro Cuesta)	17

Assim sendo, ficaram eleitos como delegados titulares da sociedade civil a Sra. Aline de Cássia Silva Souza, a Sra. Jacqueline Baumgratz e a Sra. Jessica Helen Morais Silva e no quadro de suplentes foram eleitos, consecutivamente, o Sr. André S. dos Santos, o Sr. Edvaldo Antônio e o Sr. Sandro Luiz Cuesta; também foram nomeados pelo Diretor Presidente da FCCR os delegados representantes do poder público, a saber, a Sra. Silvia Tereza de Araujo e o Sr. Vangivaldo da Silva Alves, como titulares, além da Sra. Sebastiana Leite Furtado e o Sr. Henrique Sarzi, como suplentes.



6. Leitura e aprovação de moções

A conclusão da plenária da 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos aconteceu com a leitura, feita pela Sra. Camila Marujo, de 11 moções que foram encaminhadas pelos participantes durante a sessão. A leitura foi seguida pela aprovação unânime de todas as moções.

Dessa forma, foram encerrados os trabalhos da conferência, reforçando o compromisso do poder público de preparar a próxima conferência municipal de cultura, cujo objetivo é a construção e aprovação do Plano Municipal de Cultura, fazendo os



encaminhamentos necessários para que o processo de participação popular no setor cultural seja cada vez mais ampliado.

DOCUMENTOS ORIENTADORES | MINISTÉRIO DA CULTURA

Portaria MINC nº 45, de 14 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-minc-n-45-de-14-de-julho-de-2023-496689593>

Portaria MINC nº 63, de 14 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-minc-n-63-de-14-de-setembro-de-2023-510063884>

Cartilha MINC 4ª CNC “Democracia e Direito à Cultura”: Documento base. Disponível em: <http://cnp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2022/08/Documento-Base-20-09.pdf>

Cartilha MINC 4ª CNC “Democracia e Direito à Cultura”: Orientações metodológicas para as etapas preparatórias. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1/textos/4cnc-docorientador-v11_20230809.pdf

ANEXOS

Portaria 091/P/2023 – Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora da 4ª CMC SJC. Disponível em: <https://fccr.sp.gov.br/fccr/conteudo/impressos/5139-91port.pdf>

Portaria 096/P/2023 – Convoca a 4ª CMC SJC. Disponível em: <https://fccr.sp.gov.br/fccr/conteudo/impressos/5145-0962023.pdf>

Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos. Disponível em: <https://fccr.sp.gov.br/fccr/institucional/4-conferencia-municipal-de-cultura>

Lista de Credenciamento *On-line* e Presencial da 4ª CMC SJC está sob a tutela da Fundação Cultural Cassiano Ricardo – FCCR/Prefeitura Municipal de São José dos Campos em atendimento a [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD](#).

Lista de presença 4ª CMC SJC_17 de outubro de 2023. Disponível em: <https://fccr.sp.gov.br/fccr/institucional/4-conferencia-municipal-de-cultura>



Lista de presença 4ª CMC SJC_18 de outubro de 2023. Disponível em: <https://fcr.sp.gov.br/fccr/institucional/4-conferencia-municipal-de-cultura>

Moções 4ª Conferência Municipal de Cultura de São José dos Campos. Disponível em: <https://fcr.sp.gov.br/fccr/institucional/4-conferencia-municipal-de-cultura>